

O MERCADO AUTO-REGULÁVEL E AS MERCADORIAS FICTÍCIAS: TRABALHO, TERRA E
DINHEIRO.
KARL POLANYI

Aline Figueiró, Carolina Cardoso Vicente, Mariana Camargo, Matheus Messias, Vitor Bonk Mesquita

Uma análise do período anterior a nossa época permite notar que, até então, o mercado consistia em um acessório da vida econômica, a qual, por sua vez, era absorvida pelo sistema social. Ocorria, dessa forma, uma adaptação do sistema econômico ao social.

Não era de se esperar que o sistema de trocas se expandisse, uma vez que, para isso, era preciso combater uma centralização administrativa que comandava toda a vida nacional. Por que os mercados crescessem, as regulamentações precisavam acompanhá-los. Nesse cenário, a ideia de um mercado auto-regulável poderia ser vista como contrária à tendência natural do desenvolvimento.

Com a emergência da economia de mercado, este último se tornou o centro de todas as regulamentações: da produção à distribuição de bens, pautada na ideia de que a maior busca do homem é atingir o máximo de ganhos monetários. Para tanto, pressupõe-se tendência ao equilíbrio entre oferta e demanda e a existência de moeda para possibilitar as trocas. Os preços são fatores determinantes nessa situação.

Na perspectiva de um mercado auto-regulado, a produção é feita inteiramente para a venda, de onde se originam os rendimentos. Tal venda, porém, não se limita aos bens, cujo rendimento é o lucro, mas inclui também o trabalho, a terra e o dinheiro, cujas remunerações são, respectivamente, salário, aluguel e juros. Todos são considerados preços.

Em princípio, a formação dos mercados e a venda independem da vontade do Estado, não podendo existir nenhum tipo de controle de preços, ou qualquer outra interferência estatal da ação dos mercados. Nesta ótica, só são válidas, portanto, as medidas governamentais que ajudarem a mantê-lo como o único poder organizador da economia.

No feudalismo e no sistema de guildas, os fatores terra e trabalho constituíam a própria organização da sociedade. A terra era o componente fundamental da ordem feudal, formando-se, pois, a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político. Ademais o status e a função dessa ordem eram determinados pelas leis e costumes. Apesar de cessados os privilégios provinciais do status feudal, a propriedade fundiária continuou sendo fonte de prerrogativas sociais de modo mais intenso até a época da Revolução Francesa de 1789.

O mercantilismo, por sua vez, levava a almejar o desenvolvimento dos recursos nacionais com base nos negócios e no comércio, além de considerar a organização tradicional da terra e do trabalho. As relações trabalhistas eram regidas pelo costume e pelas normas da guilda e da cidade. O sistema mercantilista fez com que essas relações fossem unificadas por meio de estatutos, a exemplo da Inglaterra, ou através da “nacionalização” das guildas, como na França. Nesse sentido, o Estatuto dos Artífices (1563) e A Lei dos Pobres (1601) da Inglaterra removeram o trabalho da “zona de perigo” e a política anticercamento manifestou-se contrária ao princípio do uso lucrativo da propriedade fundiária.

Segundo Karl Polanyi, o que diferencia o mercantilismo do feudalismo é o método de regulamentação estatal. Enquanto que o primeiro tem na autoridade do Estado a forma de cumprir o estatuto e as leis, o feudalismo depende dos costumes e da tradição. De todo modo, um ponto de convergência entre esses dois sistemas é a aversão à ideia da comercialização da terra e do trabalho, a qual é defendida pelos adeptos de um mercado auto-regulado.

Nas lógicas de uma sociedade industrial sob auto-regulação pelo mercado, a terra passa a ser negociada como qualquer outra mercadoria real. Em princípio, esta postura não leva em consideração fatores ambientais e sociais envolvidos, o que provoca consequências danosas. No caso de uma atenção apenas aos aspectos financeiros, por exemplo no que se refere à valorização da propriedade urbana em comparação à rural, haveria uma tendência à urbanização. No entanto, os inúmeros impactos desta reconversão sem controle em termos de degradação ambiental ou de uso caótico dos “recursos naturais” e em termos de problemas sociais e de qualidade de vida levam à concepção de regras de zoneamento com restrições de uso do solo.

Karl Polanyi trata do mercado auto regulável a partir das instituições sociais. Segundo o autor, tal mercado gerido pelas forças da oferta e demanda implica uma separação entre as esferas política e econômica, o que só passa a acontecer a partir do século XIX. Não se notava tal fenômeno antes em sociedades tribais, feudais ou mercantis, nas quais a ordem econômica é função da ordem social, na qual se insere. Uma economia de mercado deve englobar todos os componentes da indústria, dentre eles terra, trabalho e dinheiro. Tal lógica só pode existir a partir de certa subordinação social.

O objetivo do autor é estabelecer conceitos necessários ao entendimento da sociedade de mercado sob a ótica institucionalista. Dentre esses conceitos, destaque para aquele de mercadoria, que no seu texto faz referência àquilo que é produzido para ser valor-de-troca, ou seja, colocado à venda no mercado. O contato entre os indivíduos

(contato real) ocorre através desse mercado no qual o produtor coloca sua mercadoria à venda e o comprador a adquire. Os produtos da indústria são colocados num mercado regulado pela oferta e procura, o que antecipa a constatação de que são valores de troca e devem ter demanda.

Trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria e devem assim serem organizados em mercados, o que leva à falsa ideia de que são mercadorias. Trabalho é a atividade humana produzida não para a venda, mas para fins diversos e não pode ser armazenada. Terra diz respeito à natureza, que como sabemos não pode ser produzida pelo homem. Dinheiro é o equivalente geral dos preços, intermediador das trocas e não algo produzido para a troca. Portanto, tratar terra, trabalho e dinheiro como mercadorias é uma ficção.

As mercadorias fictícias possuem um mercado real, evidenciando, assim, que a ficção da mercadoria exerce uma função vital do sistema. Não é possível, no entanto, permitir que o mercado seja a única entidade competente para regular o mercado de trabalho, terra e dinheiro.

O trabalho não pode ser usado de forma indiscriminada ou deixar de ser usado sem afetar o homem portador desta força de trabalho. Ou seja, ao submeter um homem ao mercado de trabalho, submete-se a entidade física, moral e psicológica, que resultaria num abandono social. A terra tratada unicamente como mercadoria seria esgotada, perdendo a capacidade de produzir alimentos e matérias-primas. O poder de compra flutuante, ou seja, a falta e o excesso de dinheiro, seria como as secas e as enchentes que acometiam as sociedades primeiras. “Nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções [...] a menos que a sua substância humana natural [...] fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico”.

Essa economia artificial em função do processo produtivo apoia-se sobre a forma de compra e venda. Na Idade Média, a produção industrial em germinação foi organizada por burgueses. Mais tarde na sociedade mercantil, quando os mercadores organizavam a produção, ao fornecer os suprimentos à indústria doméstica, não se limitando mais às suas cidades, houve o posicionamento definitivo da produção industrial em larga escala.

Comprar e vender provia a produção sem nenhuma outra motivação além do lucro. “A criação de bens não envolvia atitudes recíprocas de ajuda mútua; não havia a preocupação do chefe de família por aqueles cujas necessidades provia; nem o orgulho do artesão no exercício de sua profissão; nem a satisfação do elogio público – nada além do motivo simples do lucro, tão familiar ao homem cuja profissão é comprar e vender. Até o final do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental já era um mero acessório do comércio”.

Segundo Polanyi, enquanto a máquina era barata e não qualificada, não houve alteração significativa na relação entre seu proprietário e a produção. O uso desta ferramenta aumentava os ganhos de produtividade, mas não alterou, propriamente, a organização profissional.

Assim, somente com o surgimento de máquinas e fábricas complicadas houve alteração na relação do mercador e sua produção. Além disso, este processo de complexificação favoreceu o desenvolvimento do sistema fabril, graças a investimentos de longo prazo e, conseqüentemente, aumento dos riscos.

Na medida em que a produção industrial torna-se mais complexa, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento, entre eles, o trabalho, a terra e o capital. Tal exigência explica a transformação de tais elementos em mercadoria. No entanto, Polanyi considera que estes três elementos não foram transformados em mercadorias reais, uma vez que sua produção não tinha como objetivo final sua venda. Mas, a ficção de serem assim tratados como mercadorias tornou-se o princípio organizador da sociedade.

Em relação ao seu impacto social, Polanyi relembra que o progresso técnico ocorreu através da desarticulação social. Na Inglaterra, o governo foi capaz de tornar suportável o processo de mudança originado pela Revolução Industrial, bem como amenizar seus efeitos. Entretanto, foram muito insuficientes os esforços para minimizar os impactos na vida da população comum.

De maneira geral, o século XIX foi marcado pela organização e ampliação do mercado em relação a mercadorias genuínas, ao passo que houve cada vez mais restrições em relação às mercadorias fictícias. Houve difusão dos mercados e aumento dos bens envolvidos, enquanto a ação do mercado sobre o trabalho, a terra e o dinheiro era limitada por medidas e políticas. Em resposta à organização dos mercados mundiais de mercadorias, capitais e moeda, surgiram movimentos resistentes à economia controlada pelo mercado.

A existência do livre-mercado é, por si só, uma ficção: imaginar a auto-regulação como capaz de gerir as relações de mercado é ignorar a geração de limitações ao desenvolvimento que tal lógica pode causar. Nesse sentido, a interferência estatal torna-se um recurso necessário, de modo a evitar as conseqüências nefastas do “moinho satânico”.

O fato do mercado auto-regulável ser uma ficção se explica também em razão do trabalho, um dos fatores de produção, ser uma mercadoria fictícia. O mercado auto-regulável, sem a garantia dos direitos e de ações políticas sociais, torna o capitalismo impossível, já que, conforme Claus Offe, a consolidação do trabalhador como cidadão é o que permite sua conversão em força de trabalho.

Ademais, a questão social deve ser enfrentada pelas sociedades modernas, que podem ser caracterizadas por uma espécie de esquizofrenia. Trata-se de uma sociedade organizada que assegura modernidade, mas apresentando anomia, violência e atraso.

Vale ressaltar que outros elementos da vida humana são transformados em mercadoria (fictícias) nos dias de hoje, tal como o conhecimento. Grande parte da remuneração aos fatores de produção estadunidenses (mais da metade) é se dirige aos detentores de conhecimento (softwares, filmes, etc).